

PLANETA em marcha LENTA

Primeira avaliação das metas nacionais para proteger a biodiversidade mostra que, embora mais de 80% dos países tenham estabelecido objetivos, o ritmo das ações é lento. COP17 começa na segunda-feira na Armênia

» PALOMA OLIVETO

Às vésperas da 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17) — que começa na segunda-feira na Armênia e reunirá 196 países, entre eles o Brasil —, a Organização das Nações Unidas alerta que menos da metade das metas nacionais para proteger a biodiversidade está no caminho para ser cumprida até 2030. Lançado ontem pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, o relatório *State of Biodiversity Action* (Estado da Ação pela Biodiversidade) reconhece avanços na mobilização internacional, mas mostra que os compromissos assumidos pelos países ainda não se traduziram em ações suficientes para conter e reverter a perda de espécies e ecossistemas. Ao todo, 196 países participarão da conferência, entre eles o Brasil.

Se as promessas atuais forem cumpridas, apenas 26% dos ecossistemas terrestres e 12% dos marinhos estarão protegidos até 2030. Os percentuais ficam muito abaixo da meta internacional conhecida como 30x30, que prevê a conservação de pelo menos 30% dos territórios e mares até o fim da década. “Há uma lacuna entre ambição e ação”, afirmou Guterres, ao apresentar os resultados em uma coletiva de imprensa on-line. O documento avalia o avanço das 23 metas do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, aprovado em 2022, com o objetivo de interromper e reverter a perda da natureza até 2030.

Apesar das dificuldades, há sinais de mobilização. Quase 90% dos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica estabeleceram metas nacionais relacionadas à biodiversidade. Mais da metade elaborou roteiros para colocá-las em prática, e um percentual acima de 70% mediram e relataram resultados. O levantamento também registra cerca de 5 mil compromissos assumidos por diferentes atores, entre eles governos subnacionais, organizações não governamentais, comunidades indígenas e setor privado.

Para Guterres, o desafio é transformar os compromissos em medidas concretas. O secretário-geral destacou que o relatório também identifica lacunas em áreas essenciais, como financiamento, capacidade técnica, cooperação e disponibilidade de dados. A mudança exige rever políticas econômicas que incentivam atividades prejudiciais à natureza, além de integrar a biodiversidade às decisões governamentais, destacou.

Clima

A necessidade de acelerar as ações ambientais é reforçada pela

perspectiva de aquecimento global acima de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, no fim do século 18. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) já havia alertado, no relatório *Limiting Overshoot*, que o planeta caminha para ultrapassar esse limite.

Mesmo que seja possível limitar o pico de temperatura e retornar a 1,5°C até o fim do século, o mundo enfrentará décadas de impactos climáticos intensificados, com consequências importantes para a biodiversidade, alertou, ontem, Inger Andersen, diretora-executiva do Pnuma, que também participou da coletiva. O aumento da temperatura eleva os riscos de degradação e mortalidade de florestas, alterações nos ciclos biológicos das espécies, aquecimento dos oceanos e ocorrência de pontos de inflexão potencialmente irreversíveis.

“Mesmo que consigamos limitar esse pico e retornar a 1,5°C até o fim do século, teremos décadas de impactos climáticos intensificados, com consequências muito significativas para a biodiversidade”, disse Andersen. Segundo ela, os efeitos da crise climática vão além dos ecossistemas. “Os riscos para a natureza se propagam por toda a cadeia alimentar, pela água, pela saúde, pela energia e pelos meios de subsistência”, disse.

As mudanças climáticas se somam a outras pressões sobre a biodiversidade, como poluição, transformação do uso da terra, espécies exóticas invasoras e exploração direta dos recursos naturais, lembrou a executiva do Pnuma. A combinação dessas ameaças reforça a necessidade de políticas integradas, em vez de respostas isoladas para cada problema ambiental.

Andersen defendeu que os acordos multilaterais relacionados a clima, biodiversidade, terras e poluição atuem de maneira coordenada. Para a dirigente, a proteção ambiental precisa ser incorporada às decisões econômicas, aos orçamentos públicos e às políticas de diferentes setores.

O relatório de acompanhamento das metas aponta que o financiamento é um ponto crítico. O Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal prevê a mobilização de US\$ 200 bilhões por ano, provenientes de fontes públicas e privadas, para apoiar os objetivos. Ao mesmo tempo, os recursos destinados a atividades prejudiciais à natureza continuam muito superiores aos investimentos em conservação. “Para cada dólar investido na proteção da natureza, estamos gastando US\$ 30 para destruí-la”, afirmou Andersen.

AFP



Hambardzum Matevosyan, presidente da COP17 (E), António Guterres, secretário-geral da ONU, e Astrid Schomaker, secretária-executiva da convenção

Discurso e realidade

Karen Minasyan/AFP



Centro de Yerevan, Armênia: sede da COP17

No lançamento do relatório de acompanhamento das metas do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal em Yerevan, na Armênia, a diretora-executiva do Pnuma, Inger Andersen, defendeu a revisão de subsídios e incentivos que favorecem atividades danosas ao meio ambiente e o redirecionamento desses recursos para iniciativas positivas para a biodiversidade. Segundo ela, a mudança é essencial para alcançar as metas globais e gerar benefícios para diferentes setores da sociedade.

O relatório também aponta que ainda há lacunas importantes nas metas relacionadas aos sistemas econômicos, especialmente na redução de incentivos prejudiciais e na promoção de práticas que favoreçam a conservação. Além de ampliar o volume de dinheiro, o documento insiste na necessidade de mudar a destinação dos recursos existentes.

Mais de 140 países apresentaram relatórios nacionais sobre a implementação das metas de biodiversidade. Para Astrid Schomaker, secretária-executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, o envolvimento representa um avanço, mas o ritmo de implementação varia conforme a capacidade de

coordenação entre as diferentes áreas de governo.

A dirigente destacou que os países assumiram compromissos abrangentes, que vão da proteção de espécies e ecossistemas à transformação das condições econômicas que impulsionam a perda da natureza. “A dificuldade está em fazer com que essas metas se traduzam em políticas efetivas”, disse.

O ministro do Meio Ambiente da Armênia, Hambardzum Matevosyan, também ressaltou que a conservação não pode ficar restrita aos órgãos ambientais. “A biodiversidade não pode continuar sendo responsabilidade apenas dos ministros do Meio Ambiente”, afirmou, na coletiva de imprensa. O país, que sediará a COP17, informou estar desenvolvendo iniciativas relacionadas ao monitoramento ambiental, à conservação de ecossistemas montanhosos e de água doce, à gestão de áreas protegidas e à criação de incentivos econômicos positivos para a biodiversidade. (PO)

Avanços e lacunas

O RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRAZ DADOS POSITIVOS, COMO AS METAS ALINHADAS AO MARCO GLOBAL. PORÉM, HÁ MUITOS DESAFIOS, ESPECIALMENTE NA ÁREA DE INVESTIMENTO.

Metas e planejamento

Avanços: 162 países (83% das partes da Convenção) haviam estabelecido metas nacionais alinhadas ao marco global. Cada país contemplava, em média, 22 das 23 metas.

Lacunas: as metas nacionais não incorporam integralmente a ambição global. Muitos compromissos deixam de fora componentes importantes ou estabelecem níveis quantitativos inferiores aos previstos internacionalmente.

Implementação

Avanços: há ações em andamento nas 23 metas, com exemplos de iniciativas bem-sucedidas e participação de governos, organizações, empresas e sociedade civil.

Lacunas: menos da metade dos países que apresentaram relatórios considerou estar no caminho para cumprir suas metas nacionais associadas a qualquer uma das metas globais. Os resultados negativos são mais frequentes que os positivos.

Restauração de ecossistemas

Avanços: as iniciativas de restauração estão se expandindo, e as metas nacionais apresentam, em geral, boa correspondência com o objetivo global.

Lacunas: os compromissos e a execução ainda são insuficientes

para restaurar 30% dos ecossistemas degradados até 2030. O progresso é menor nos ambientes marinhos, costeiros e de água doce do que nos terrestres.

Áreas protegidas

Avanços: os países avançam na ampliação e na gestão de áreas protegidas, especialmente em ambientes marinhos e costeiros.

Lacunas: a ambição e a implementação não bastam para cumprir todos os componentes da meta de proteger efetivamente 30% das áreas terrestres, das águas interiores e das áreas costeiras e marinhas.

Empresas e consumo

Avanços: cresce o número de empresas que divulgam informações sobre riscos relacionados à biodiversidade. Políticas para estimular o consumo sustentável estão avançando em alguns países.

Lacunas: as medidas para tornar obrigatória a divulgação de impactos ainda são limitadas. Dois terços das metas nacionais relacionadas às empresas apresentavam progresso inexistente ou insuficiente. No consumo sustentável, esse percentual chegava a 70%.

Fonte: State of Biodiversity Action, Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU, 2026.

Duas perguntas para

RODRIGO CIRIELLO, parceiro em projetos de restauração do Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria)

O relatório aponta que o mundo avança em ritmo insuficiente para cumprir as metas. Qual é a situação do Brasil nesse cenário?

O Brasil possui uma responsabilidade estratégica no cumprimento das metas globais de biodiversidade, considerando sua posição como país detentor da maior biodiversidade do planeta. Embora

existam avanços importantes na construção de políticas públicas e instrumentos de planejamento, como a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade e o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, o principal desafio continua sendo transformar os compromissos assumidos em ações efetivas, contínuas e em escala compatível com as metas estabelecidas. Entre os desafios mais expressivos estão a redução do desmatamento e da conversão

de vegetação nativa, a recuperação de ecossistemas degradados, a conservação da diversidade genética e a mobilização de recursos financeiros.

Quais mudanças no financiamento, na fiscalização e no modelo de produção seriam prioritárias para o Brasil cumprir suas metas?

Arquivo pessoal



servação e restauração e passem a contemplar também o fortalecimento das cadeias produtivas que viabilizam sua execução. Uma das

principais prioridades é reconhecer os viveiros e coletores de sementes como parte da infraestrutura estratégica necessária à implementação das políticas ambientais brasileiras. Esses agentes desempenham funções que vão além do fornecimento de insumos: contribuem para a conservação da diversidade genética, a valorização das espécies nativas, a geração de empregos e renda e o desenvolvimento de uma bioeconomia associada à recuperação dos ecossistemas. É necessário ampliar o acesso

dos produtores a linhas de crédito e capital de giro, apoiar a estruturação das redes de coleta de sementes e, principalmente, estabelecer mecanismos que proporcionem maior previsibilidade da demanda. Isso envolve aprimorar os editais e contratos de restauração, considerando o tempo necessário para a coleta de sementes, os ciclos biológicos das espécies, a produção das mudas e a disponibilidade de materiais com procedência e diversidade genética adequadas. (PO)